AP | Agenda Política

Editorial

Daniel Baldin Machado[1]
Thaís Cavalcante Martins[2]
Mércia Alves[3]
Marcelo Fontenelle e Silva[4]

Prezadas leitoras e leitores,

É com imensa satisfação que lançamos mais um número da revista Agenda Política. A edição número 1, volume 9, ano 2021, consolida um conjunto de modificações que foram iniciadas no ano anterior. De lá para cá, realizamos um monitoramento minucioso das informações sobre os processos, atores e instituições envolvidas com a revista. Neste número, escrito colaborativamente pelos editores, temos a satisfação de torná-los públicos, reafirmando o nosso compromisso com a transparência de informações e com a preservação e democratização do conhecimento científico.

Um ano de muitas mudanças

O último ano da Agenda Política (isto é, o período que contempla as duas últimas edições de 2020 e a presente edição) foi marcado por intensas transformações. Uma das

[1] Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor adjunto da Revista Agenda Política.
[2] Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editora-chefe da Revista Agenda Política.
[3] Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editora-chefe da Revista Agenda Política.
[4] Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Revista Agenda Política.

principais mudanças ocorridas durante o último ano - e cujas consequências podem ser notadas nesta edição - refere-se à migração para a versão mais recente do software livre utilizado para gerenciar o processo editorial da Agenda Política. A revista deixou de utilizar a versão 2.4.x da plataforma *Open Journal System* (OJS) e passou a trabalhar dentro da OJS 3.2.1.2. Esse processo de migração, que transcorreu fundamentalmente durante o primeiro semestre de 2020, trouxe uma série de novidades para o funcionamento da revista, que passou a ter uma interface de submissão mais intuitiva, um layout aprimorado e também possibilitou que dinâmicas de trabalho internas fossem repensadas.

Esse último ponto conduz à segunda mudança ocorrida durante esses tumultuosos 12 últimos meses vivenciados por todos nós. Com um novo sistema, foi possível redefinir funções e níveis de acesso por usuários de maneira mais prática, o que ensejou uma mudança na maneira de administrar a revista. Cargos e funções foram desenhados, tarefas foram especificadas e procedimentos foram mapeados para que os voluntários que compõem o corpo editorial da revista soubessem exatamente como poderiam melhor contribuir para o crescimento e o desenvolvimento do periódico. Dentre essas transformações, uma que merece destaque é a implementação do processo de pré-avaliação, também chamado de *desk review*. O processo, que funciona como uma espécie de triagem de submissões, gerou as condições necessárias para que a revista continuasse em um processo de crescimento e melhoria de qualidade, mesmo com a reduzida quantidade de voluntários pesquisadores que fazem com que o periódico funcione.

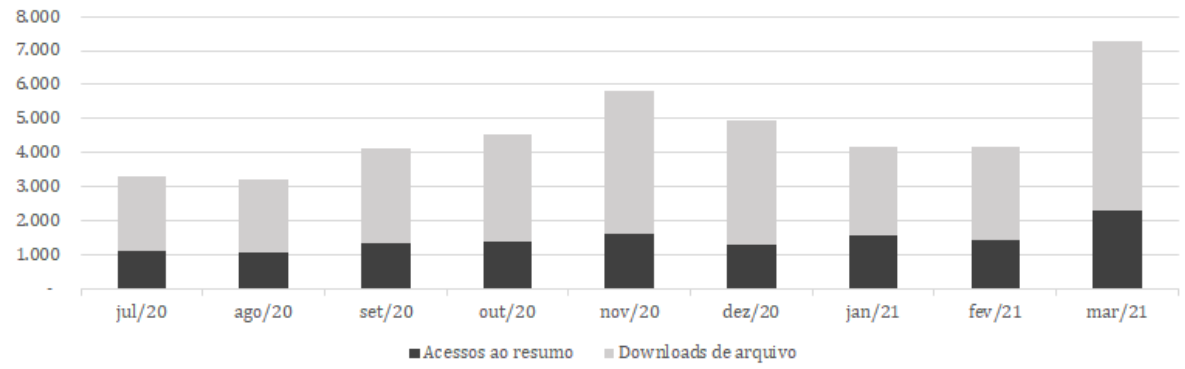
Uma vez estabelecidas as condições operacionais e organizacionais para um crescimento sustentável, a revista contou também com uma terceira e fundamental mudança: sua comunicação. Mesmo sendo uma revista que desde sua fundação já vinha se inserindo na comunidade acadêmica via redes sociais, novas estratégias de divulgação foram repensadas, o que envolveu mudanças de identidade visual, layout de diagramação e novas formas de apresentar o conteúdo publicado quadrimestralmente pela revista.

Inicialmente, a motivação de grande parte dessas transformações foi devido a uma realidade que nos foi imposta: a revista vinha recebendo um número cada vez maior de submissões e, com isso, foi necessário que adaptações fossem realizadas. Contudo, o que pôde ser notado nesses últimos 12 meses é que as soluções adotadas para lidar com

esse crescimento parecem ter retroalimentado o sucesso e o reconhecimento que vêm sendo obtidos pelo periódico. Quantitativamente, a revista tem recebido aproximadamente um artigo submetido a cada dois dias, em uma média aproximada de 170 artigos por ano, muito acima das cerca de 40 publicações anuais, distribuídas em três edições.

O crescimento do periódico também pode ser visto no expressivo número de acessos aos resumos e nos downloads dos artigos: como pode ser notado no Gráfico 1, nos últimos 9 meses, isto é, após o período de migração para a OJS 3, os resumos já foram visualizados mais de 13 mil vezes, e mais de 28 mil downloads foram feitos, em clara tendência de ascensão. Uma breve análise permite que se verifique dados particularmente interessantes, como uma busca maior por artigos que abordem a transição de governos durante as eleições de novembro de 2020 (CRUZ et al, 2017), e uma maior procura por produções que tratem da disputa entre a esquerda e a direita (SILVA et al, 2019), justamente em momentos em que essa polarização se evidencia, como em março de 2021, após os julgamentos do Supremo Tribunal Federal que lançaram Luís Inácio Lula da Silva de volta ao jogo político.

Gráfico 1 - Acessos a resumos e artigos baixados



Fonte: Os autores, a partir de estatísticas obtidas na plataforma OJS3.

Esses dados demonstram como a revista tem logrado alcançar, paulatinamente, alguns de seus objetivos principais, ao proporcionar contribuições contundentes ao debate público e ao dar embasamento ao processo de formulação de políticas públicas. Ainda assim, outros dados coletados permitem que se evidencie como uma outra

finalidade de fundamental importância para o periódico também vem sendo atingida: a divulgação científica.

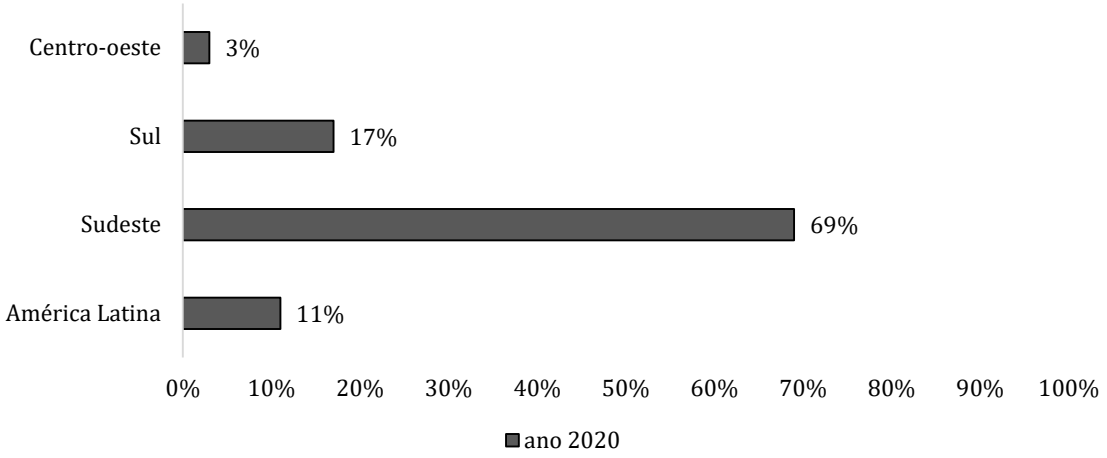
Uma das iniciativas nesse sentido, que tem contribuído significativamente para a circulação da revista, é a publicação de entrevistas com pesquisadores de relevo nacional e internacional. Desde o primeiro quadrimestre de 2020, todas as edições contaram com entrevistas, sendo que três das quatro publicadas até então foram com pesquisadores estrangeiros. A percepção de que as entrevistas têm cumprido uma importante função na circulação e divulgação do conhecimento nos ensejou a designar um editor exclusivo para acompanhar e avaliar a produção destes documentos, função incumbida ao nosso novo editor da seção de Entrevistas, Renato Ferreira Ribeiro.

No entanto, a principal estratégia de divulgação científica adotada pela revista - desde os primeiros momentos de sua fundação, há oito anos - tem sido a comunicação via redes sociais, inicialmente com a criação da Agenda Política no Facebook. A partir de então, a página tem sido um canal ativo de diálogo com a comunidade acadêmica, assim como de obtenção de informações sobre o processo editorial e de divulgação de chamadas, novas edições e artigos publicados. E, também nesse aspecto, a revista tem notado uma expressiva expansão: no último ano o engajamento orgânico da página cresceu 122% e viu seu número de seguidores aumentar 187%, chegando a pouco mais de 1.800 em abril de 2021. O alcance das publicações, principalmente a chamada de artigos para dossiês temáticos, gerou no mesmo período, mais de 5.000 acessos. Além do Facebook, a Agenda Política conta hoje com uma segunda rede social: uma página no Instagram, criada em agosto de 2020, que atualmente conta com mais de 330 seguidores.

A diversidade no perfil dos seguidores e ampliação do número de leitores pode ser verificada em termos geográficos, e o conteúdo divulgado tem alcançado diferentes países, tais quais: Angola e Moçambique, no continente africano; Alemanha, Itália e Portugal, no continente europeu; e Argentina, México, Peru e EUA nas Américas como um todo. Além disso, os acessos dentro do Brasil distribuem-se por todas as regiões do país, ainda que isso, por enquanto, não tenha se traduzido automaticamente na origem institucional dos autores que publicam na revista. No último ano, 69% dos autores estavam vinculados a alguma instituição do sudeste, 17% deles estavam filiados a instituições do sul e 3% do centro-oeste. Os autores vinculados a instituições de algum país da América Latina representam 11% do total.

Esse cenário, em grande medida, reflete a desigualdade que marca a trajetória da Ciência Política no Brasil. Apesar da expansão da disciplina - representada principalmente pela criação de programas de pós-graduação em todas as regiões do país, sobretudo a partir dos anos 2000 -, ainda existe uma forte concentração de recursos de pesquisa e programas de pós-graduação nas regiões sudeste e sul, o que, invariável e infelizmente, acaba se traduzindo nessa discrepância, melhor apresentada no Gráfico 3.

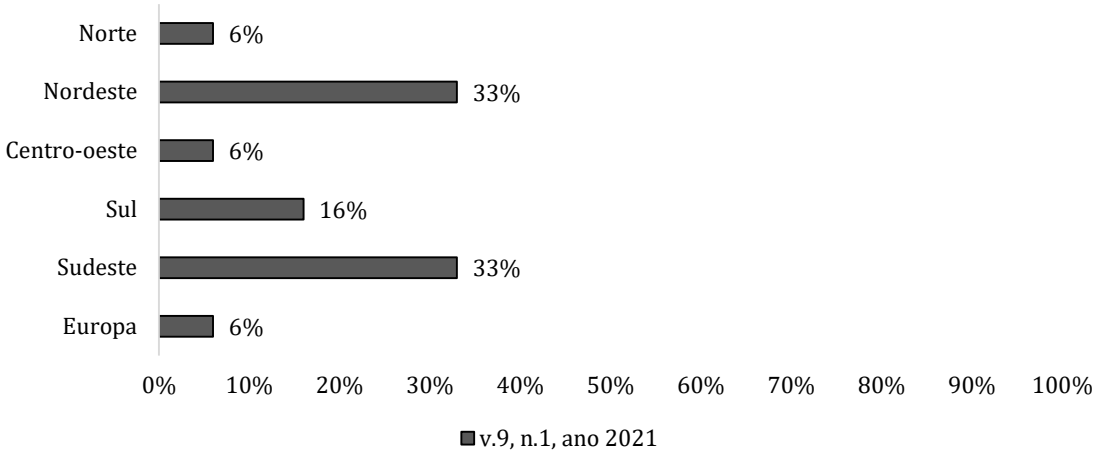
Gráfico 3 - Origem institucional dos autores: ano 2020



Fonte: Os autores, a partir de estatísticas obtidas na plataforma OJS3.

Neste último aspecto, e atenta a tais desigualdades, a revista tem buscado atingir relações mais democráticas e justas no que se refere à origem de suas publicações. Na presente edição, 33% dos autores estão vinculados a instituições do sudeste, 33% estão filiados a instituições do nordeste, 16% estão localizados em universidades do sul; e autores vinculados a instituições do norte, centro-oeste e universidades estrangeiras respondem, cada qual, por cerca de 6% da totalidade das autorias (conforme Gráfico 4). Além disso, a participação da região norte nesta edição é representada pelo coordenador do dossiê, Ivan Henrique de Mattos e Silva (UNIFAP).

Gráfico 4 - Origem institucional dos autores v.9, n.1, 2021



Fonte: Os autores, a partir de estatísticas obtidas na plataforma OJS3.

Todas essas mudanças e conquistas, porém, só foram possíveis graças ao trabalho árduo e voluntário de nossa equipe editorial, que tem dedicado uma parcela do tempo que seria originalmente dedicado às suas pesquisas e estudos para que a revista pudesse se tornar realidade. Por essa razão, gostaríamos de dedicar esse espaço para deixar nosso agradecimento a Tailon Rodrigues Almeida, Renato Ribeiro, Bárbara Lima, Lillian Lino, Cristiano Parra Duarte, Gabriela Pandeló, Lis Barreto, Aiane de Oliveira Vieira, Tayla Barbosa, Matheus Botelho.

Por fim, também gostaríamos de agradecer ao apoio cada vez maior que temos recebido do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPol/UFSCar), que tem contribuído para que essa experiência de aprendizado, capacitação e produção científica pudesse se concretizar, em parceria que esperamos manter e aprofundar nos anos vindouros.

Compreendendo o período atual: intelectuais, atores, políticas e democracia.

A presente edição é composta por quatro seções: Dossiê Temático, Entrevista, Agenda da Ciência Política no Brasil e Temas Livres.

O dossiê temático deste número é um convite para pensar **A centralidade dos intelectuais na disputa política brasileira**. A sessão temática organizada por Ivan Henrique de Mattos e Silva (UNIFAP) é composta por 5 artigos que investigam como os

intelectuais brasileiros pensaram e intervieram na política. À luz do caráter e complexidade do tema, as análises englobam diversos períodos da história brasileira e partem de distintas perspectivas teóricas e metodológicas, oferecendo aos leitores análises que convergem em um ponto: não é possível compreender as especificidades da disputa política brasileira sem apreendermos o relevo da participação dos intelectuais na mesma.

Em estreito diálogo com a temática do dossiê, as 2 entrevistas realizadas por Marcelo Fontenelle e Silva (UFSCar) com os professores Marco Aurélio Nogueira (Unesp) e Milton Lahuerta (Unesp) retomam a trajetória destes importantes pensadores brasileiros para pensar a relação entre a política e os intelectuais nas décadas de 1970 e 1980. As entrevistas abordam, em especial, a relação entre os intelectuais e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fornecendo não só relatos factuais sobre eventos da história política de nosso país, mas primorosas análises sobre as recentes transformações nas condições do exercício intelectual.

Na seção Agenda da Ciência Política no Brasil, Ciro Antônio da Silva Resende, Lucas Henrique Ribeiro da Silva, Bárbara Salatiel Borges e Paula Boarin, em seu artigo **A influência dos grupos de interesse na política: apontamentos a partir da literatura**, discutem os principais temas e desafios presentes no campo de estudos sobre a influência dos grupos de interesse, traçando um panorama sobre o tema. Entre os principais resultados, os autores indicam que a manutenção da ausência de coesão teórica e metodológica é o principal problema do campo de estudo. Os autores sinalizam que há dificuldade para estabelecer análises comparativas e destacam que, embora importantes contribuições tenham sido feitas sobre os casos dos Estados Unidos, países europeus e da União Europeia, os estudos sobre a América Latina ainda são escassos.

A seção de artigos livres apresenta cinco pesquisas inéditas.

No artigo **Mulheres partidárias: atuação militante e participação nas atividades dos partidos**, Antonio Teixeira de Barros e Willber Nascimento analisam a participação das mulheres nas atividades partidárias. A partir de um *survey* aplicado a 419 mulheres filiadas, os autores revelam que as mulheres filiadas a partidos de esquerda, solteiras e mais escolarizadas são as mais participativas no âmbito interno das agremiações. Entre os seus achados, está a indicação de que os movimentos estudantis e os movimentos sociais são os principais mecanismos para o recrutamento partidário de mulheres de esquerda, enquanto as relações de parentesco são o principal mecanismo na direita.

O artigo **Eleições, partidos e ideologia política no interior do Brasil: o caso de Petrolina (PE)**, de Simone Viscarra e Marília Gabriela da Silva Ferreira, buscam compreender como o eleitorado da sétima maior cidade do interior nordestino votou para os cargos do executivo nos três níveis de governo. As autoras buscam comparar os resultados em termos partidário-ideológicos. Entre os seus achados estão a identificação de um modelo de votação tradicional no voto para prefeito – independentemente de ideologia partidária – e em âmbito estadual e federal um perfil mais partidário e à esquerda.

O artigo de Theófilo Machado Rodrigues e Caique Bellato, intitulado **A crise da democracia liberal no início do século XXI: duas abordagens da teoria política**, defende que existem duas abordagens gerais sobre o tema da democracia. A primeira, identifica a democracia liberal como sendo o "ápice do regramento institucional democrático" que precisa ser salvo. A segunda inverte o problema. Entendendo que se as instituições políticas estão em crise, a culpa é da própria forma de governo. O populismo, tema central discutido pelos autores, surgiria como um efeito colateral dos limites da democracia liberal.

No artigo **Agenda governamental brasileira: discursos presidenciais e mensagens ao Congresso (1995-2014)**, Marcos Paulo Andrade, Felipe Gonçalves Brasil e Ana Cláudia Niedhardt Capella analisam a agenda governamental pela perspectiva das mensagens ao Congresso e dos discursos presidenciais em cinco momentos diferentes do governo brasileiro. A análise realizada pelos autores permite identificar movimentos de continuidades e rupturas. Os achados corroboram com princípios teóricos da dinâmica das políticas públicas. A análise coloca luz sobre as capacidades e diversidades da agenda, identificando e descrevendo as características de cada período.

O artigo de Jeferson Petranski e Simão Ternoski, intitulado **Relação entre políticas públicas, crescimento e desenvolvimento no Centro Paranaense**, relaciona os efeitos das políticas de repasses do Sistema Único de Saúde (SUS), do Programa Bolsa Família (PBF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice Firjan de Desenvolvimento (IFDM) da Associação de Municípios do Centro do Paraná (AMOCENTRO). Os autores questionam se as políticas públicas geram efeito positivo sobre os indicadores de crescimento e desenvolvimento. A partir de um modelo econométrico de regressão para dados em painel do período de 2006 a 2015, os

autores revelam o efeito das políticas sobre o PIB. Demonstrando a necessária atuação do Estado via políticas públicas, sobretudo nos pequenos municípios.

Boa leitura!